

ENTREVISTA/Platão Fischer-Pühler

Saúde condena aumento da insulina

DANIELLA CRONEMBERGER

O diretor de Programas Estratégicos do Ministério da Saúde, Platão Fischer-Pühler (foto), não pretende desistir da luta para baratear o preço da insulina. Em entrevista ao *Jornal de Brasília*, Pühler lamenta a decisão da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento de obrigar o laboratório dinamarquês Novo Nordisk, acusado de prática de dumping, a aumentar em 76,1% o preço de importação da insulina Novolin. "Essa decisão pega a gente de surpresa, num momento difícil", critica.

O Ministério da Saúde compra 95% da insulina vendida no País, que é distribuída gratuitamente aos pacientes. São 5,8 milhões de frascos do medicamento por ano, com os quais o governo gasta R\$ 41 milhões. Com a medida, o Ministério da Saúde vai gastar R\$ 12 milhões a mais por ano. O diretor avisa, no entanto, que outras alternativas estão sendo estudadas para garantir um preço mais baixo.

COMO o senhor recebeu a decisão da Secretaria de Comércio Exterior de aumentar em 76,1% o preço de importação da insulina Novolin?

Com tristeza. Isso vai onerar o nosso orçamento, que já é pequeno. Trabalhamos com margens extremamente pequenas, estamos sempre no limite. Para se ter uma idéia, já estamos fazendo o planejamento estratégico para o orçamento de 2002. Essa decisão pega a gente de surpresa, num momento difícil. De onde você vai tirar, num estalo, R\$ 12 milhões? O Ministério da Saúde respeita e vai cumprir a determinação. Se a lei determina que, em vez de pagar R\$ 7 pelo frasco da insulina teremos que pagar R\$ 10, tudo bem. Mas não vamos deixar de procurar novas alternativas para baixar esse custo.

QUE alternativa poderia ser usada para comprar a insulina por um preço menor?

Vamos continuar brigando. Podemos usar outros modelos de licitação, pregão, etc. Nesse momento, não sei. Provavelmente a empresa dinamarquesa vai recorrer,

mas vamos ter que tomar uma decisão. É importante deixar claro que não existe possibilidade de faltar remédio para a população. O Ministério da Saúde tem estoque de insulina suficiente para abastecer o País todo até julho. O que vai acontecer é que vamos ter um gasto maior no orçamento. Temos que decidir o que vamos fazer a partir de julho.

DE ONDE virá o dinheiro para suprir esse gasto maior, que não estava previsto no orçamento?

Nos últimos dois anos, fizemos uma economia de redução de custos de aproximadamente R\$ 200 milhões. As empresas vêm participar de licitações e negociamos uma redução de custo, através de estudo de planilha, de custos internacionais, etc. Provavelmente, iremos remanejar uma parte desse dinheiro que economizamos para cobrir a despesa.

O QUE significa R\$ 12 milhões para o Ministério da Saúde? O que daria para ser feito com esse dinheiro?

Garantiria pelo menos 40% de todos os medicamen-



FRANCISCO STUCKERT

tos do Programa Nacional de Tuberculose. Só este exemplo já é extremamente significativo.

ESSA decisão não estaria indo contra a luta do Ministério da Saúde para baixar o preço de medicamentos, como no caso dos genéricos e dos remédios para Aids?

Ao longo desses dois anos, já conseguimos uma redução de 45% a 47% no preço dos remédios para Aids. Por um momento, pode se ter a idéia de um contra-senso, mas existe também a idéia de fortalecimento da indústria nacional. Sobre isso, não gostaria de emitir opinião porque não faz parte do meu trabalho.

O MINISTÉRIO da Saúde foi consultado?

Fomos comunicados de que havia uma análise do

processo de dumping. Deixamos saber que isso significaria um aumento de custo para nós, mas não emitimos parecer sobre a interpretação de que havia ou não dumping.

O SENHOR acredita que o aumento pode atingir o consumidor?

Não, porque o aumento foi o suficiente para equiparar o preço da Novo Nordisk ao preço da Biobrás. Para a população, não haverá aumento de preço. Mesmo porque o preço da Biobrás está regulamentado por lei e é monitorado pelo governo. Quem vai desembolsar mais dinheiro para pagar a insulina é o Ministério da Saúde.

E, NATURALMENTE, o contribuinte.

Claro. Indiretamente, o povo.

SAIBA MAIS

Para entender o caso

Em 1997, o laboratório brasileiro Biobrás solicitou ao Ministério do Desenvolvimento a abertura de investigação de dumping nas exportações de insulina vindas da Dinamarca (Novo Nordisk), EUA (Eli Lilly Company) e França (Lilly France).

Em dezembro de 2000, a empresa Eli Lilly apresentou proposta de Compromisso de Preços. A multinacional se comprometeu a praticar, durante cinco anos, o preço mínimo de US\$ 3,56 nas exportações da insulina Humulin. Com o Compromisso, o Decom suspendeu as investigações nos casos da França e dos EUA.

No dia 12 de fevereiro, o Departamento de Defesa Comercial (Decom) do Ministério do Desenvolvimento publicou a conclusão da sua investigação. O Decom concluiu que houve prática de dumping nas exportações da insulina dinamarquesa e, como penalidade, decidiu aumentar em 76,1% o preço de importação do produto.

A investigação da denúncia foi realizada no período de janeiro de 1998 a junho de 2000. Segundo o Decom, neste período o preço da insulina Novolin praticado na Dinamarca variava entre US\$ 10,93 a US\$ 20,03. O mesmo medicamento estava sendo exportado para o Brasil ao preço de US\$ 3,72 a US\$ 4,75. O que, para o Decom, caracteriza dumping.

O documento diz ainda que a Biobrás foi prejudicada. O Decom afirma que, de janeiro de 1996 a junho de 1999, a empresa brasileira teve queda de 3,5% nas vendas e reduziu em 14,3% a sua produção.

Com o argumento de que a Biobrás estaria tendo prejuízo e que com a sua possível falência as multinacionais poderiam praticar um preço mais alto, o Decom impõe o aumento à Novo Nordisk. No dia 6 de março, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) fixou o direito anti-dumping. O aumento de 76,1% passa a valer legalmente.

Associações nacionais e internacionais que representam os direitos dos diabéticos protestam contra a decisão. Representantes da Novo Nordisk informam que o aumento será repassado para o consumidor.

Com a decisão, que tem validade de cinco anos, o Ministério da Saúde irá gastar R\$ 12 milhões a mais por ano com a compra de insulina.

O que é dumping?

Existe polêmica em torno deste conceito. Alguns juristas, além dos representantes da Novo Nordisk, defendem que dumping, no caso, significa exportar com preço abaixo do custo do produto, o que não aconteceria com a insulina dinamarquesa. O Decom, entretanto, considera dumping as exportações com preço menor do que o praticado em seu país de origem. O resultado seria concorrência desleal. Para a Novo Nordisk, oferecer preço mais baixo faz parte de qualquer concorrência livre.

As empresas

Abaixo, dados sobre as multinacionais Eli Lilly e Novo Nordisk, que juntamente com a empresa brasileira Biobrás dominam o mercado brasileiro de venda de insulina.

Biobrás

Sede: Montes Claros, norte de Minas Gerais.

Em 1982, a empresa iniciou a produção de insulina.

Sua produção anual é de 10 milhões de frascos.

A Biobrás domina aproximadamente 65% do mercado privado (farmácias) e 20% do público (governo).

O faturamento de 2000 atingiu R\$ 60 milhões.

Novo Nordisk

Sede: Copenhague, Dinamarca. No Brasil, a empresa possui escritório administrativo em São Paulo e filial em Curitiba, Paraná, onde fica o depósito de medicamentos.

A empresa atua no Brasil desde 1993. É a maior produtora mundial de insulina. No ano passado, trouxe cinco milhões de frascos do remédio para o País.

A multinacional tem cerca de 20% do mercado privado e 80% do mercado público brasileiro, de acordo com dados do ano passado.

Apenas no Brasil, a empresa fatura US\$ 30 milhões por ano com a venda de insulina.

Eli Lilly Company

Sede: Indianópolis, EUA. No Brasil, a empresa atua diretamente em São Paulo.

A Lilly France, que também exporta para o Brasil e tem sede na França, faz parte da multinacional americana.

Sua participação no mercado privado brasileiro é de cerca de 15%.